

Trabalho



Opinião > Miguel Torres Presidente da Força Sindical

Crise econômica, e os pobres cada vez mais pobres!

Todos os brasileiros estão sentindo “na carne” os efeitos maléficos que a crise econômica pela qual o País atravessa está nos impondo. Mas, claro, quem mais sofre é a classe trabalhadora, principalmente os trabalhadores de menor renda.

A cada ida ao supermercado, à feira-livre ou à farmácia, ou a cada conta de água ou luz que chega nas nossas casas, um novo sobressalto com aquilo que nos é cobrado. Isto sem contar os juros altos e a constante ameaça do desemprego, que ronda os lares de tantos trabalhadores (entre os meses de junho e agosto deste ano

8,8 milhões de pessoas estavam sem trabalho no País, dois milhões a mais do que no mesmo período de 2014).

E o governo segue, com seus “ouvidos de mercador”, não dando atenção aos anseios dos trabalhadores e privilegiando os grandes especuladores. As empresas estão fazendo “das tripas coração” para manter sua sobrevivência. Milhares de trabalhadores desempregados estão se atirando no mercado informal. E a inflação, voraz, a cada dia, corrói mais e mais os salários de quem tem trabalho.

Em resumo, se a intenção do governo é ajudar os pobres, ele está conseguindo: está ajudando os pobres a se tornarem cada vez mais pobres.



SEMINÁRIO DIEESE

Em debate, o salário mínimo no Brasil e no mundo

O Seminário vai debater as nossas experiências e as de outros países, com a participação das Centrais brasileiras

O salário mínimo será tema do seminário internacional que o Dieese (Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e a FES (Fundação Friedrich Ebert) farão nos dias 9 e 10 de novembro, em Belo Horizonte. “Este é um tema que não sai da ordem do dia. Vamos debater as nossas experiências com as de outros países, com a participação das Centrais Sindicais brasileiras”, diz José Silvestre Prado de Oliveira, diretor de Relações Sindicais do Dieese.

“O debate é oportuno”, afirma Miguel Torres, presidente da Força Sindical, lembrando que “a política do salário mínimo em vigor, fruto da negociação das Centrais com o governo, é ameaçada o tempo inteiro”. “Uns a contestam com o argumento de que vai quebrar a Previdência. Entretanto, é um dos instrumentos de distribuição de renda no nosso País que funciona de forma eficaz”, ressalta João Carlos Gonçalves, Juruna, secretário-geral da Força Sindical.

“Segundo o Dieese, o valor necessário, hoje, para atender a legislação, seria R\$ 3.240 – quatro vezes o mínimo atual. Isto mostra que o mínimo deve ser valorizado, e não sucateado”, diz Altair Garcia, técnico da subseção do Dieese na Central. Para ele, “quem ataca a política do mínimo está indo na contramão da história. A China e a Alemanha também adotaram esta política, que garante a demanda, ou seja, as condições mínimas de sobrevivência do trabalhador”.

Em 2000, a Força Sindical realizou a Marcha a Brasília pelo salário mínimo de US\$ 100. “Iniciamos o movimento porque, naquela época, as categorias tinham conquistado os pisos salariais e uma grande massa de trabalhadores inorganizados recebia um salário que era o mínimo do mínimo. Transformamos a reivindicação em bandeira e, em 2004, as Centrais lançaram a campanha pela valorização do salário mínimo. Em maio de 2005 passou de R\$ 260 para R\$ 300”, lembra Juruna.



Foto: Daniel Cardoso



Foto: Jaécio Santana

Miguel Torres:
“A política do salário mínimo, fruto de negociação das Centrais com o governo, é ameaçada o tempo inteiro”

46,7
milhões de pessoas

têm rendimento referenciado no salário mínimo.

R\$ 38,4
bilhões

será o incremento de renda na economia.

IMPACTO ANUAL DECORRENTE DO AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO EM R\$ 64,00

Tipo	Número de Pessoas (mil)	Valor Adicional da Renda Anual – R\$ (b)	Arrecadação Tributária Adicional R\$ (c)
Beneficiários do INSS (a)	21.988	18.293.639.936	9.860.271.926
Empregados	12.811	10.658.752.000	5.745.067.328
Conta própria	7.822	6.007.296.000	3.237.932.544
Trabalhadores domésticos	4.003	3.330.496.000	1.795.137.344
Empregadores	168	129.024.000	69.543.936
Total	46.792	38.419.207.936	20.707.953.078

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013; Ministério da Previdência e Assistência Social. Boletim Estatístico da Previdência Social – agosto de 2014 Obs:(a) Refere-se ao impacto para trabalhadores, empregadores e beneficiários da Previdência Social que recebem até 1 salário mínimo; (b) Considerando 13 remunerações/ano para beneficiários do INSS, empregados e trabalhadores domésticos;(c) Considerando tributação média sobre consumo de 53,9%. Este valor é indicado na publicação Ipea – Comunicado da Presidência nº 22, de 30/06/2009, como a carga incidente sobre a renda familiar até 2 SM.

Brasil

A política de valorização do salário mínimo negociada pelas Centrais é válida até 2023. De 2002 até 2015, acumula ganho real de 76,54%. “Queremos aumentar o valor do mínimo para que mais trabalhadores recebam o benefício”, ressalta Juruna.

Segundo o censo de 2010, mais de 115 milhões de brasileiros, quase 60%

da população, viviam com menos de um mínimo de renda mensal per capita.

O mínimo foi instituído no Brasil pelo presidente Getúlio Vargas, através da Lei 185, de janeiro de 1936, e pelo Decreto-Lei 399, de abril de 1938. O mesmo passou a vigorar a partir de 1º de maio de 1940, quando o Decreto-Lei 2.162 fixou seus valores.

SINDICALIZE-SE

